Gerenciamento de Riscos
PILAR 3
3º Trimestre 2017
Versão: 1
<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1.</td>
<td>Gestão de Riscos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.1</td>
<td>- Introdução</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2</td>
<td>- Gerenciamento de Riscos</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>1.3</td>
<td>- Mapa de Riscos</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>1.4</td>
<td>- Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>1.5</td>
<td>- Políticas de Gerenciamento de Riscos</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>2.</td>
<td>Risco de Crédito</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>2.1</td>
<td>- Funções da área de Risco de Crédito</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2</td>
<td>- Manuais e Políticas</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>2.3</td>
<td>- Controle dos Limites de Crédito</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>2.4</td>
<td>- Mitigação do Risco de Crédito</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>2.5</td>
<td>- Provisões para Devedores Duvidosos</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>2.6</td>
<td>- Evolução da Carteira de Crédito</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>3.</td>
<td>Risco de Mercado</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>3.1</td>
<td>- Gerenciamento de Risco de Mercado</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>3.2-</td>
<td>Estrutura de Gestão de Risco de Mercado</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>3.3</td>
<td>- Política de Hedge</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>4.</td>
<td>Risco de Liquidez</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>5.</td>
<td>Risco Operacional</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1</td>
<td>- Metodologia para Gestão de Risco Operacional</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>5.2</td>
<td>- Mensuração do Risco Operacional</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>5.3</td>
<td>- Controle e Acompanhamento</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>5.4</td>
<td>- Estrutura de Risco Operacional</td>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>5.5</td>
<td>- Divulgação</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td>5.6</td>
<td>- Base de Perdas de Risco Operacional</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>6.</td>
<td>Gerenciamento de Capital</td>
<td>26</td>
</tr>
</tbody>
</table>
INFORMAÇÃO PÚBLICA

6.1 - Projeções ........................................................................................................................................... 31
7. Adequação do Patrimônio de Referência - PR ......................................................................................... 32
7.1 – Detalhamento do Patrimônio de Referência - PR .................................................................................. 33
7.2 – Razão de Alavancagem .......................................................................................................................... 35
8. Informações Patrimoniais .......................................................................................................................... 37
8.1 – Balanços Patrimoniais (Valores em milhares) ...................................................................................... 37
8.2 – Instituições Participantes ..................................................................................................................... 39
8.3 – Breve descrição das Instituições Participantes ..................................................................................... 40
8.4 - Política Contábil das Participações Societárias ...................................................................................... 40
9. Anexos: ..................................................................................................................................................... 41
1. Gestão de Riscos

1.1 - Introdução

O Banco Triângulo acredita que o gerenciamento de riscos é imprescindível para a estabilidade das instituições financeiras e a transparência na divulgação de informações contribui para a solidez do sistema financeiro nacional e da sociedade em geral.

Sendo assim o presente documento apresenta as informações referentes ao gerenciamento de riscos da Instituição, apresentando as práticas de gerenciamento e controle dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta.

Este relatório atende ainda as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basília do Pilar 3 e também as determinações do Banco Central do Brasil.

A partir da data base de março/2015, este relatório passou a conter as informações referentes ao Conglomerado Prudencial, conforme estabelecido no parágrafo 4º, artigo 19 da circular no 3.678/2013. A leitura deste documento deve ser realizada juntamente com as demais informações financeiras divulgadas pela Instituição, localizadas no Site do Banco Triângulo www.tribanco.com.br

1.2 - Gerenciamento de Riscos

O escopo do gerenciamento de riscos do Banco Triângulo alcança ampla visão, permitindo que os riscos inerentes à Instituição como um todo sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado de suas atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos. Outro objetivo desta gestão é a atualização constante dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

A Instituição tem o controle dos riscos descentralizado, porém preserva e valoriza o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam identificados, avaliados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, como se faz necessário em face dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição, sendo constituído pelas seguintes etapas:
Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes os processos e atividades;

Avaliação - Consiste na avaliação do nível de exposição de risco que a Instituição está inserida;

Mensuração - Consiste em quantificar as perdas presumidas e efetivas;

Mitigação - Representa as medidas para redução dos riscos por meio da adoção de ações e/ou controles que minimizem o impacto no caso de ocorrência;

Monitoramento - Acompanhamento do comportamento dos riscos, respeitando as políticas e limites definidos. Abrange também a verificação da efetividade dos controles internos e do correto desenho dos processos e suas atualizações; e

Divulgação - Contempla todas as ações voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles, efetuadas tempestivamente, permeando todas as esferas da Instituição.

1.3 - Mapa de Riscos

O Tribanco diante dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Diante disso, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todos os interessados. Dentre os principais riscos inerentes à atividade bancária, destacamos:

**Riscos Financeiros**
- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez

**Riscos Não Financeiros**
- Risco Operacional
1.4 - Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos

No Banco Triângulo a Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, de Crédito e Operacional está subordinada à Presidência.

A gestão é realizada de forma contínua e se baseia em políticas, estratégias, ferramentas e metodologias adequadamente documentadas, garantindo o gerenciamento e a mensuração dos riscos, e em consonância com os objetivos, normas e níveis de exposição estabelecidos pelo Banco Triângulo.
Conforme estrutura organizacional, encontram-se instituídos os Comitês:

**Comitê de Riscos e Finanças:** Discutir, propor ajustes e monitorar a estratégia de "funding" e liquidez do banco, através de: projeção de alavancagem e volumes necessários; alternativas de captação e respectivos custos; monitoramento dos diversos relacionamentos com o mercado (Visão "SIM"); monitoramento do "rating"; acompanhamento dos resultados financeiros, do orçamento e respectivos indicadores, amparados em "benchmarking", projetos internos e tendências do mercado; monitoramento dos limites instituídos pelo Conselho de Administração, inerentes a risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e grau de alavancagem; acompanhamento da gestão dos riscos inerentes à questão do Banco de forma consolidada, considerando no mínimo os Riscos de: Crédito, Mercado e Liquidez, Operacional, Imagem, Reputação e Legal.

**Comitê de Auditoria e Compliance:** Supervisão dos trabalhos das empresas de Auditoria Externa, da Auditoria Interna, Compliance e da Ouvidoria, de forma a avaliar a sua efetividade e verificar o cumprimento da legislação, regulamentação e normas vigentes; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações sobre erros ou fraudes relevantes referentes à Contabilidade, Auditoria, Compliance e Controles Internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas, prevendo procedimentos específicos para proteção do informante, tais como seu anonimato e confidencialidade da informação, dentre outras.

O Banco Triângulo não está obrigado a constituir esse Comitê, porém, é entendimento da Alta Administração que o Comitê possa manter a Instituição no mais alto nível de Governança Corporativa.

**Comitê ALCO:** Responsável pela gestão de ativos e passivos e por acompanhar e avaliar os riscos de desequilíbrio entre a alocação dos ativos e as fontes de recursos da Instituição. Considerando sua estrutura de capital analisa e determina limites de "descasamento" entre prazos e moedas, exposição a fatores de risco de mercado e reservas mínimas de moedas e política de captação e aplicação de recursos. Recomenda ao Comitê de Finanças e Riscos as políticas e propõe nível mínimo de liquidez e limites operacionais relativos à gestão de risco de mercado.
Comitê de Crédito: Responsável por analisar as propostas de Crédito observando sua adequação à Política de Crédito e à Política Socioambiental vigente à época da operação; as garantias propostas para concessão do crédito; o relatório apresentado pela Diretoria de Crédito acerca do balanço patrimonial, da demonstração de resultados, do fluxo de caixa, da estrutura societária, dentre outras informações públicas ou disponibilizadas pelo cliente.

1.5 - Políticas de Gerenciamento de Riscos

O Banco dispõe de diversas políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da organização.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que o Banco Triângulo tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

As políticas de gestão de riscos do Banco Triângulo estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados, produtos e regulamentações.

Políticas de Gerenciamento de Riscos:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado e Liquidez,
- Risco Operacional.
2. Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas à incapacidade de cumprimento do tomador em relação ao pagamento de suas obrigações financeiras contraídas, de acordo com os prazos e condições contratuais pré-estabelecidas, à queda nos ganhos, a custos de recuperação e à desvalorização das bases do contrato de crédito.

A instituição adota políticas conservadoras como principal diretriz na concessão de crédito. As políticas, os modelos de decisão e os processos de aprovação são baseados de acordo com os seguintes fatores internos: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, rentabilidade e constante avaliação estatística de perdas históricas; e também fatores externos: inadimplência do mercado, taxa de juros e demanda. Cabe a área de Risco de Crédito criar e revisar as políticas de crédito, assim como testar a aplicação destas, sendo totalmente segregada das áreas de negócio e concessão.

As operações de crédito são segmentadas da seguinte forma:

**Pessoa Jurídica:**
- **Indústria** - compreende fornecedores ligados à cadeia do grupo controlador, separados entre Middle e Corporate; e
- **Varejo** - compreende empresas cujo grupo controlador atua como fornecedor.

**Pessoa Física:**
- **Varejo** - compreende os cartões de crédito em que o Tribanco é o emissor, cujos clientes são consumidores das empresas em que o grupo controlador atua como fornecedor.

As análises das operações de crédito Pessoa Jurídica são focadas na avaliação da capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados às operações e ao segmento de atuação. Também é considerado o nível de relacionamento e o histórico das operações com o grupo controlador. Adicionalmente, no segmento Varejo (PF e PJ) adota-se modelagem com base em redes neurais, associada a regras internas (estes modelos têm seus desempenhos constantemente testados).
A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implantada em novembro 2010, a partir da segregação das funções da área de concessão de crédito, evoluindo como processo contínuo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, com controle nas análises das operações, preservando a independência e integridade dos processos. Em 2011, diante deste contínuo crescimento da área, houve a implementação de sistema para gerenciamento do risco de crédito, em que foram desenvolvidas novas ferramentas de gestão que também nos possibilitam antecipar problemas futuros, como por exemplo, a simulação de um cenário de stress da carteira de crédito da instituição. Ao longo de 2012 foram implantadas novas ferramentas de prevenção à fraude para mitigar o risco de crédito além da atualização dos modelos de “Credit Score” e “Behaviour Score” das carteiras de Cartões de Crédito e Segmento Varejo de Pessoa Jurídica face às mudanças no cenário econômico brasileiro.

Os sistemas permitem que avaliemos de forma completa e consolidada o risco de crédito inerente a cada cliente e em cada um dos segmentos de atuação. Com isso, a área de Risco de Crédito consegue monitorar a qualidade do portfólio, reportando possíveis dificuldades que podem impactar o resultado. Esta análise do portfólio traz uma visão analítica por tipo de produto, segmento, setor econômico, região geográfica e concentração da carteira.

2.1 - Funções da área de Risco de Crédito

• Implantação, atualização e acompanhamento dos modelos estatísticos de avaliação de risco, que compõem o “Credit Score”, a fim de aprimorar modelos/processos e parâmetros de concessão do crédito massificado;

• Criação e acompanhamento dos indicadores de inadimplência e posterior apresentação destes números mensalmente para o Comitê de Finanças e Riscos, como também para o Conselho de Administração;

• Definir políticas e estratégias claramente documentadas, que estabeleçam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Administração da Instituição;

• Realizar estudos quantitativos/estatísticos das bases de crédito e cobrança, propondo a implementação de ações a partir dos resultados obtidos;
• Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito no âmbito de portfólio; e
• Elaborar diretrizes de controle e mitigação do risco de crédito.

2.2 - Manuais e Políticas

A área de Risco de Crédito elabora suas políticas em fatores internos como: experiência de pagamento dos clientes junto ao grupo controlador, adimplência do cliente junto a Instituição Financeira, e em externos como: bureaus de informações, inadimplência, ambiente macroeconômico, taxas, etc. Periodicamente são feitos testes para verificação da aderência em relação às políticas de crédito utilizadas nos segmentos de pessoa jurídica.

Desta forma, cada modalidade/operação de crédito tem sua norma ou política específica para atuação, podendo ser revista de acordo com as condições do mercado ou pelo apetite de risco assumido pela Instituição em determinado exercício. Quaisquer alterações ou atualizações das Políticas de Crédito utilizadas nos segmentos de pessoa jurídica devem ter aprovação prévia da Diretoria, Comitê de Finanças e Risco e do Conselho de Administração. Os procedimentos, manuais, políticas e metodologias são documentados e revisados constantemente. Também é atribuição da área a elaboração de manuais e procedimentos para a recuperação de créditos.

Qualquer exceção à política deve estar documentada e necessita ser tratada de forma adequada pelas alçadas competentes.

2.3 - Controle dos Limites de Crédito

Os limites são monitorados diariamente, com reporte para as áreas de Concessão de Crédito, Presidência e Comitê de Finanças e Riscos em periodicidade mensal.
2.4 - Mitigação do Risco de Crédito

A área de Risco de Crédito trabalha segregada de quaisquer outros setores da Instituição, sendo assim possui diversos procedimentos para verificar, controlar e mitigar o risco de crédito. Existem ferramentas que trazem a noção exata ao risco de crédito através de relatórios sobre os segmentos de atuação, produtos, atrasos, rating cliente e operação. Como mitigador a instituição estabelece níveis de concentração de riscos que são monitorados constantemente, desta forma a área de Risco de Crédito também reporta mensalmente estas exposições para o Comitê de Finanças e Riscos e para o Conselho de Administração.

No segmento de Varejo (PF e PJ) o Rating Cliente é atribuído de acordo com método estatístico que combina diversas variáveis internas e externas. No Segmento Indústria o Rating Cliente é atribuído de acordo com matrizes de definição julgamental (Middle) ou pelo método Camel (Corporate). Abaixo segue a representação dos modelos com a divisão entre os segmentos de atuação:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Modelo de Classificação</th>
<th>Varejo</th>
<th>Indústria</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PF</td>
<td>PF</td>
<td>Indústria</td>
</tr>
<tr>
<td>PJ</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Modelo estatístico (credit scoring)</td>
<td>- Modelo estatístico (credit scoring)</td>
<td>Análise econômico-financeira e/ou julgamental/quantitativa</td>
</tr>
<tr>
<td>- Análise Econômico Financeira</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.5 - Provisões para Devedores Duvidosos

A Instituição, com a visão de se proteger de perdas relacionadas à concessão de crédito, observa a classificação do cliente, classificação da operação e a probabilidade de inadimplência relacionada a cada um dos clientes.

O Tribanco constitui provisão adicional à requerida pelo Bacen, através de modelo de perda esperada definido e administrado pela área de Risco de Crédito.
2.6 - Evolução da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas abaixo permitem a análise da carteira de crédito e seu comportamento sob diversas óticas com características de concessão de crédito segregadas por região geográfica, por setor econômico e por tipo de produto, prazo a decorrer das operações, concentração da carteira de crédito nos maiores devedores, além do montante das operações em atraso e montante das provisões.

2.6.1 Total das exposições e valor médio das exposições no Trimestre:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Data-base</th>
<th>PF Cartão de Crédito</th>
<th>PJ Cartão de Crédito</th>
<th>PJ Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</th>
<th>PJ Importação e Exportação</th>
<th>PJ Investimento</th>
<th>PJ Outros</th>
<th>Total das exposições (em reais)</th>
<th>Média das exposições (em reais)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>set/17</td>
<td>393.826</td>
<td>35.567</td>
<td>821.822</td>
<td>9.319</td>
<td>902</td>
<td>250.511</td>
<td>1.489.839</td>
<td>844</td>
</tr>
<tr>
<td>jun/17</td>
<td>381.021</td>
<td>21.344</td>
<td>825.415</td>
<td>8.455</td>
<td>1.029</td>
<td>232.032</td>
<td>1.469.696</td>
<td>846</td>
</tr>
<tr>
<td>mar/17</td>
<td>362.603</td>
<td>17.344</td>
<td>810.545</td>
<td>11.296</td>
<td>1.155</td>
<td>243.592</td>
<td>1.447.540</td>
<td>851</td>
</tr>
<tr>
<td>dez/16</td>
<td>345.115</td>
<td>13.799</td>
<td>916.013</td>
<td>13.524</td>
<td>1.279</td>
<td>255.583</td>
<td>1.545.314</td>
<td>929</td>
</tr>
<tr>
<td>set/16</td>
<td>333.008</td>
<td>7.287</td>
<td>839.381</td>
<td>15.547</td>
<td>2.342</td>
<td>258.879</td>
<td>1.405.422</td>
<td>882</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.6.2 Exposição dos maiores clientes em relação ao total das operações:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Data-base</th>
<th>Percentual das Exposições dos Maiores Clientes em Relação ao Total das Operações</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>set-17</td>
</tr>
<tr>
<td>10 maiores</td>
<td>82.740</td>
</tr>
<tr>
<td>50 maiores (seguintes)</td>
<td>178.948</td>
</tr>
<tr>
<td>100 maiores (seguintes)</td>
<td>158.581</td>
</tr>
<tr>
<td>Demais</td>
<td>1.092.380</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>1.489.839</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 2.6.3 Operações com características de concessão de crédito - Por Regiões Geográficas

#### Carteira por regiões geográficas

<table>
<thead>
<tr>
<th>PRODUTO</th>
<th>Sudeste</th>
<th>Nordeste</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro-Oeste</th>
<th>Sul</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>set/17</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>R$ mil</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>185.007</td>
<td>108.066</td>
<td>56.006</td>
<td>22.702</td>
<td>42.045</td>
<td>398.826</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>15.614</td>
<td>9.411</td>
<td>3.017</td>
<td>2.948</td>
<td>2.358</td>
<td>33.347</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>370.378</td>
<td>157.556</td>
<td>97.409</td>
<td>92.612</td>
<td>103.967</td>
<td>821.922</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - importação e exportação</td>
<td>9.319</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>9.319</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.029</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.029</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>103.944</td>
<td>42.105</td>
<td>26.641</td>
<td>26.799</td>
<td>33.144</td>
<td>232.032</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>660.995</td>
<td>316.960</td>
<td>183.950</td>
<td>147.808</td>
<td>180.127</td>
<td>1.489.839</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>jun/17</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>R$ mil</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>135.558</td>
<td>117.383</td>
<td>62.713</td>
<td>24.615</td>
<td>45.222</td>
<td>381.021</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>394.929</td>
<td>157.755</td>
<td>93.755</td>
<td>82.529</td>
<td>96.447</td>
<td>825.415</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - importação e exportação</td>
<td>8.855</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>8.855</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.029</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.029</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>103.944</td>
<td>42.105</td>
<td>26.641</td>
<td>26.799</td>
<td>33.144</td>
<td>232.032</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>648.047</td>
<td>324.685</td>
<td>182.938</td>
<td>156.404</td>
<td>175.722</td>
<td>1.469.596</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>mar/17</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>R$ mil</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>102.788</td>
<td>123.328</td>
<td>62.713</td>
<td>24.615</td>
<td>48.514</td>
<td>363.603</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>4.838</td>
<td>6.547</td>
<td>2.004</td>
<td>2.422</td>
<td>1.734</td>
<td>17.344</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>386.318</td>
<td>167.367</td>
<td>92.267</td>
<td>80.450</td>
<td>104.144</td>
<td>810.545</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - importação e exportação</td>
<td>11.296</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>11.296</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.155</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.155</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>105.708</td>
<td>44.045</td>
<td>28.897</td>
<td>28.901</td>
<td>36.045</td>
<td>243.596</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>592.104</td>
<td>341.087</td>
<td>185.886</td>
<td>138.026</td>
<td>190.458</td>
<td>1.447.540</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>dez/16</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>R$ mil</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>157.098</td>
<td>92.041</td>
<td>43.247</td>
<td>18.515</td>
<td>34.214</td>
<td>345.115</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>12.849</td>
<td>501</td>
<td>209</td>
<td>73</td>
<td>167</td>
<td>13.799</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>438.901</td>
<td>182.545</td>
<td>102.845</td>
<td>84.100</td>
<td>107.821</td>
<td>916.013</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - importação e exportação</td>
<td>13.524</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>13.524</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.279</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.279</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>112.928</td>
<td>52.742</td>
<td>30.136</td>
<td>26.908</td>
<td>32.869</td>
<td>253.583</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>736.579</td>
<td>327.828</td>
<td>176.439</td>
<td>129.596</td>
<td>174.871</td>
<td>1.545.314</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>set/16</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>R$ mil</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>119.514</td>
<td>98.790</td>
<td>48.814</td>
<td>20.782</td>
<td>36.856</td>
<td>335.006</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>6.450</td>
<td>352</td>
<td>232</td>
<td>49</td>
<td>184</td>
<td>7.927</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>390.334</td>
<td>198.838</td>
<td>95.143</td>
<td>91.044</td>
<td>107.022</td>
<td>858.381</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - importação e exportação</td>
<td>15.547</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>15.547</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.416</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>2.824</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>676.118</td>
<td>349.910</td>
<td>176.233</td>
<td>141.065</td>
<td>172.097</td>
<td>1.465.422</td>
</tr>
</tbody>
</table>
2.6.4 Operações com características de concessão de crédito - Por Setor Econômico

<table>
<thead>
<tr>
<th>PRODUTO</th>
<th>COMÉRCIO</th>
<th>PESSOA FÍSICA</th>
<th>INDÚSTRIA</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>set/17</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>0</td>
<td>393.826</td>
<td>0</td>
<td>393.826</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>33.347</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>33.347</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>730.071</td>
<td>0</td>
<td>85.415</td>
<td>825.415</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>0</td>
<td>8.555</td>
<td>0</td>
<td>8.555</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.029</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.029</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>232.039</td>
<td>2.482</td>
<td>0</td>
<td>234.521</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>999.921</td>
<td>393.826</td>
<td>96.091</td>
<td>1.489.839</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Jun/17</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>0</td>
<td>381.021</td>
<td>0</td>
<td>381.021</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>21.344</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>21.344</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>712.098</td>
<td>0</td>
<td>98.448</td>
<td>810.545</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>0</td>
<td>11.296</td>
<td>0</td>
<td>11.296</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.155</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.155</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>221.872</td>
<td>0</td>
<td>21.724</td>
<td>243.596</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>952.469</td>
<td>363.603</td>
<td>131.468</td>
<td>1.447.540</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>mar/17</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>0</td>
<td>363.603</td>
<td>0</td>
<td>363.603</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>17.844</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>17.844</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>766.659</td>
<td>0</td>
<td>149.354</td>
<td>916.013</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>0</td>
<td>13.524</td>
<td>0</td>
<td>13.524</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.279</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.279</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>236.666</td>
<td>0</td>
<td>18.917</td>
<td>255.583</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>1.031.028</td>
<td>345.115</td>
<td>168.271</td>
<td>1.545.314</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>dez/16</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>0</td>
<td>345.115</td>
<td>0</td>
<td>345.115</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>18.799</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>18.799</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>766.659</td>
<td>0</td>
<td>149.354</td>
<td>916.013</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>13.524</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>13.524</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - investimento</td>
<td>1.279</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>1.279</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>236.666</td>
<td>0</td>
<td>18.917</td>
<td>255.583</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>1.081.585</td>
<td>333.006</td>
<td>115.830</td>
<td>1.466.422</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 2.6.5 Operações com características de concessão de crédito - Por Prazo a decorrer

#### set/17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produto</th>
<th>Até 6 meses</th>
<th>Acima de 6 meses até 1 ano</th>
<th>Acima de 1 ano até 5 anos</th>
<th>Acima de 5 anos</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>879.171</td>
<td>14.856</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>935.826</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>12.815</td>
<td>13.552</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>33.067</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>10.927</td>
<td>141.121</td>
<td>481.877</td>
<td>7.997</td>
<td>821.922</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>750</td>
<td>0</td>
<td>8.560</td>
<td>-</td>
<td>9.510</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Investimento</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>902</td>
<td>-</td>
<td>902</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>88.102</td>
<td>15.284</td>
<td>127.135</td>
<td>0</td>
<td>230.521</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>678.774</td>
<td>184.594</td>
<td>618.474</td>
<td>7.997</td>
<td>1489.839</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### jun/17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produto</th>
<th>Até 6 meses</th>
<th>Acima de 6 meses até 1 ano</th>
<th>Acima de 1 ano até 5 anos</th>
<th>Acima de 5 anos</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>368.071</td>
<td>323.950</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>381.021</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>10.354</td>
<td>10.900</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>21.244</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>226.829</td>
<td>147.261</td>
<td>449.195</td>
<td>2130</td>
<td>825.415</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>2196</td>
<td>285</td>
<td>6394</td>
<td>0</td>
<td>8855</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Investimento</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1.029</td>
<td>-</td>
<td>1.029</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>90.199</td>
<td>23711</td>
<td>138122</td>
<td>0</td>
<td>232032</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>697.649</td>
<td>195.177</td>
<td>574.740</td>
<td>2.130</td>
<td>1469696</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### mar/17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produto</th>
<th>Até 6 meses</th>
<th>Acima de 6 meses até 1 ano</th>
<th>Acima de 1 ano até 5 anos</th>
<th>Acima de 5 anos</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>354.064</td>
<td>9.540</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>363.603</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>9.932</td>
<td>7.412</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>17.344</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>244139</td>
<td>129.855</td>
<td>405.401</td>
<td>11158</td>
<td>810.548</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>0</td>
<td>4055</td>
<td>7.241</td>
<td>0</td>
<td>11.296</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Investimento</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1.155</td>
<td>-</td>
<td>1.155</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>105.205</td>
<td>27.125</td>
<td>113.266</td>
<td>0</td>
<td>245.596</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>711.340</td>
<td>197.984</td>
<td>527.064</td>
<td>11.153</td>
<td>1447540</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### dez/16

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produto</th>
<th>Até 6 meses</th>
<th>Acima de 6 meses até 1 ano</th>
<th>Acima de 1 ano até 5 anos</th>
<th>Acima de 5 anos</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>385.031</td>
<td>10.085</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>395.115</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>7.872</td>
<td>5.937</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13.799</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>319426</td>
<td>168.822</td>
<td>410.784</td>
<td>16980</td>
<td>916.013</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>0</td>
<td>5102</td>
<td>8.422</td>
<td>0</td>
<td>13.524</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Investimento</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1.279</td>
<td>-</td>
<td>1.279</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>102.757</td>
<td>16.610</td>
<td>186.216</td>
<td>0</td>
<td>255.588</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>765.087</td>
<td>206.544</td>
<td>556.703</td>
<td>16.980</td>
<td>1545314</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### set/16

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produto</th>
<th>Até 6 meses</th>
<th>Acima de 6 meses até 1 ano</th>
<th>Acima de 1 ano até 5 anos</th>
<th>Acima de 5 anos</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pessoa Física - cartão de crédito</td>
<td>323.342</td>
<td>9.063</td>
<td>2</td>
<td>-</td>
<td>333.306</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - cartão de crédito</td>
<td>4.388</td>
<td>2.978</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>7.367</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida</td>
<td>251036</td>
<td>168.910</td>
<td>418.839</td>
<td>14595</td>
<td>855.581</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Importação e exportação</td>
<td>-</td>
<td>6374</td>
<td>9.173</td>
<td>-</td>
<td>15.547</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - Investimento</td>
<td>15</td>
<td>-</td>
<td>2.327</td>
<td>-</td>
<td>2.342</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Jurídica - outros</td>
<td>97.961</td>
<td>14.985</td>
<td>140.982</td>
<td>0</td>
<td>253.879</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Geral</strong></td>
<td>676.643</td>
<td>202.860</td>
<td>571.323</td>
<td>14.595</td>
<td>1465422</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Montante das Operações em Atrazo por Região Geográfica (excluídas as operações baixadas para prejuízo)

#### set/17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região Geográfica</th>
<th>Entre 1 - 14</th>
<th>Entre 15 - 60</th>
<th>Entre 61 - 90</th>
<th>Entre 91 - 180</th>
<th>Entre 181 - 360</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sudeste</td>
<td>5.845</td>
<td>10.715</td>
<td>5.569</td>
<td>11.454</td>
<td>19.877</td>
<td>53.461</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro-Oeste</td>
<td>904</td>
<td>1.515</td>
<td>706</td>
<td>2.893</td>
<td>5.099</td>
<td>11.080</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>945</td>
<td>2.346</td>
<td>1.608</td>
<td>5.187</td>
<td>6.911</td>
<td>16.996</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>13.891</strong></td>
<td><strong>25.042</strong></td>
<td><strong>13.714</strong></td>
<td><strong>39.665</strong></td>
<td><strong>63.766</strong></td>
<td><strong>156.079</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### jan/17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região Geográfica</th>
<th>Entre 1 - 14</th>
<th>Entre 15 - 60</th>
<th>Entre 61 - 90</th>
<th>Entre 91 - 180</th>
<th>Entre 181 - 360</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nordeste</td>
<td>5.113</td>
<td>9.984</td>
<td>4.898</td>
<td>12.570</td>
<td>18.774</td>
<td>51.319</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro-Oeste</td>
<td>1.066</td>
<td>2.234</td>
<td>909</td>
<td>2.855</td>
<td>4.938</td>
<td>12.014</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>1.084</td>
<td>3.445</td>
<td>1.831</td>
<td>4.559</td>
<td>5.808</td>
<td>16.726</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>14.183</strong></td>
<td><strong>25.172</strong></td>
<td><strong>14.417</strong></td>
<td><strong>38.141</strong></td>
<td><strong>57.229</strong></td>
<td><strong>153.642</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### mar/17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região Geográfica</th>
<th>Entre 1 - 14</th>
<th>Entre 15 - 60</th>
<th>Entre 61 - 90</th>
<th>Entre 91 - 180</th>
<th>Entre 181 - 360</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sudeste</td>
<td>3.955</td>
<td>7.758</td>
<td>4.628</td>
<td>8.504</td>
<td>16.607</td>
<td>41.550</td>
</tr>
<tr>
<td>Nordeste</td>
<td>5.018</td>
<td>8.383</td>
<td>4.559</td>
<td>10.061</td>
<td>18.275</td>
<td>50.386</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2.230</td>
<td>4.528</td>
<td>2.573</td>
<td>4.751</td>
<td>13.222</td>
<td>27.303</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro-Oeste</td>
<td>767</td>
<td>2.132</td>
<td>1.362</td>
<td>2.553</td>
<td>4.909</td>
<td>11.722</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>15.014</strong></td>
<td><strong>26.248</strong></td>
<td><strong>14.700</strong></td>
<td><strong>29.196</strong></td>
<td><strong>63.607</strong></td>
<td><strong>146.766</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### dez/16

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região Geográfica</th>
<th>Entre 1 - 14</th>
<th>Entre 15 - 60</th>
<th>Entre 61 - 90</th>
<th>Entre 91 - 180</th>
<th>Entre 181 - 360</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sudeste</td>
<td>7.179</td>
<td>10.305</td>
<td>5.483</td>
<td>14.546</td>
<td>17.477</td>
<td>54.991</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2.040</td>
<td>2.675</td>
<td>1.180</td>
<td>7.120</td>
<td>8.520</td>
<td>21.756</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro-Oeste</td>
<td>966</td>
<td>1.951</td>
<td>758</td>
<td>2.338</td>
<td>4.805</td>
<td>10.419</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>995</td>
<td>1.350</td>
<td>728</td>
<td>2.581</td>
<td>5.790</td>
<td>11.254</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>15.761</strong></td>
<td><strong>20.162</strong></td>
<td><strong>10.537</strong></td>
<td><strong>35.248</strong></td>
<td><strong>56.547</strong></td>
<td><strong>138.235</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### set/16

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região Geográfica</th>
<th>Entre 1 - 14</th>
<th>Entre 15 - 60</th>
<th>Entre 61 - 90</th>
<th>Entre 91 - 180</th>
<th>Entre 181 - 360</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sudeste</td>
<td>5.784</td>
<td>10.322</td>
<td>4.178</td>
<td>10.777</td>
<td>16.548</td>
<td>47.609</td>
</tr>
<tr>
<td>Nordeste</td>
<td>3.396</td>
<td>7.161</td>
<td>2.981</td>
<td>11.988</td>
<td>18.319</td>
<td>46.106</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1.909</td>
<td>4.586</td>
<td>2.763</td>
<td>4.837</td>
<td>9.174</td>
<td>23.075</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro-Oeste</td>
<td>988</td>
<td>1.849</td>
<td>852</td>
<td>2.479</td>
<td>5.317</td>
<td>11.466</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>802</td>
<td>2.056</td>
<td>999</td>
<td>3.289</td>
<td>5.582</td>
<td>12.778</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>14.820</strong></td>
<td><strong>25.755</strong></td>
<td><strong>11.699</strong></td>
<td><strong>32.750</strong></td>
<td><strong>55.050</strong></td>
<td><strong>140.074</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 2.6.7 Fluxo das Operações baixadas para Prejuízo

#### Fluxo das Operações baixadas para Prejuízo

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Pessoa Física</th>
<th>Comércio</th>
<th>Indústria</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>set/17</strong></td>
<td>22.834</td>
<td>12.268</td>
<td>-</td>
<td>35.102</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>jun/17</strong></td>
<td>22.318</td>
<td>11.560</td>
<td>-</td>
<td>33.879</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>mar/17</strong></td>
<td>19.683</td>
<td>9.119</td>
<td>-</td>
<td>28.802</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>dez/16</strong></td>
<td>17.862</td>
<td>15.049</td>
<td>35</td>
<td>32.977</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>set/16</strong></td>
<td>20.794</td>
<td>11.801</td>
<td>57</td>
<td>32.652</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 2.6.8 Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

#### Evolução da Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Pessoa Física</th>
<th>Comércio</th>
<th>Indústria</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>set/17</strong></td>
<td>(73.292)</td>
<td>(51.492)</td>
<td>(730)</td>
<td>(125.515)</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no início do período</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Constituição no período</td>
<td>(29.504)</td>
<td>(9.288)</td>
<td>59</td>
<td>(38.738)</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixas de crédito para prejuízo</td>
<td>22.834</td>
<td>12.268</td>
<td></td>
<td>55.102</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no fim do período</td>
<td>(73.292)</td>
<td>(51.492)</td>
<td>(671)</td>
<td>(129.145)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>jun/17</strong></td>
<td>(69.885)</td>
<td>(52.077)</td>
<td>(656)</td>
<td>(122.598)</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no início do período</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Constituição no período</td>
<td>(25.726)</td>
<td>(10.975)</td>
<td>(94)</td>
<td>(35.795)</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixas de crédito para prejuízo</td>
<td>22.318</td>
<td>11.560</td>
<td>0</td>
<td>33.879</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no fim do período</td>
<td>(72.292)</td>
<td>(51.492)</td>
<td>(730)</td>
<td>(125.515)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>mar/17</strong></td>
<td>(66.771)</td>
<td>(52.417)</td>
<td>(712)</td>
<td>(119.900)</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no início do período</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Constituição no período</td>
<td>(22.707)</td>
<td>(8.779)</td>
<td>75</td>
<td>(31.500)</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixas de crédito para prejuízo</td>
<td>19.683</td>
<td>9.119</td>
<td>0</td>
<td>28.802</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no fim do período</td>
<td>(69.885)</td>
<td>(52.077)</td>
<td>(656)</td>
<td>(122.598)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>dez/16</strong></td>
<td>(62.153)</td>
<td>(54.069)</td>
<td>(850)</td>
<td>(117.072)</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no início do período</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Constituição no período</td>
<td>(22.510)</td>
<td>(13.398)</td>
<td>103</td>
<td>(35.804)</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixas de crédito para prejuízo</td>
<td>17.862</td>
<td>15.049</td>
<td>85</td>
<td>32.977</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no fim do período</td>
<td>(66.771)</td>
<td>(52.417)</td>
<td>(712)</td>
<td>(119.900)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>set/16</strong></td>
<td>(60.107)</td>
<td>(56.981)</td>
<td>(982)</td>
<td>(118.071)</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no início do período</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Constituição no período</td>
<td>(22.859)</td>
<td>(8.889)</td>
<td>75</td>
<td>(31.658)</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixas de crédito para prejuízo</td>
<td>20.794</td>
<td>11.801</td>
<td>57</td>
<td>32.652</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo no fim do período</td>
<td>(62.153)</td>
<td>(54.069)</td>
<td>(850)</td>
<td>(117.072)</td>
</tr>
</tbody>
</table>
2.6.9 Fator de Ponderação de Risco

<table>
<thead>
<tr>
<th>Fator de Ponderação de Risco</th>
<th>Set.17</th>
<th>Jun.17</th>
<th>Mar.17</th>
<th>Dez.16</th>
<th>Set.16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FPR = 2%</td>
<td>282</td>
<td>265</td>
<td>339</td>
<td>192</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 20%</td>
<td>2.820</td>
<td>13.212</td>
<td>2.796</td>
<td>11.834</td>
<td>2.993</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 50%</td>
<td>45.551</td>
<td>14.895</td>
<td>36.141</td>
<td>7.767</td>
<td>52.266</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 75%</td>
<td>302.219</td>
<td>291.599</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 100%</td>
<td>1.135.976</td>
<td>1.138.427</td>
<td>1.503.619</td>
<td>1.618.260</td>
<td>1.552.858</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 250%</td>
<td>142.912</td>
<td>133.160</td>
<td>127.563</td>
<td>124.230</td>
<td>123.074</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.6.10 Instrumentos Mitigadores

O quadro abaixo apresenta o valor mitigado pelos instrumentos definidos na Circular 3.644/13:

<table>
<thead>
<tr>
<th>FPR (0%)</th>
<th>Set.17</th>
<th>Jun.17</th>
<th>Mar.17</th>
<th>Dez.16</th>
<th>Set.16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Títulos Públicos Federais</td>
<td>417.034</td>
<td>355.998</td>
<td>417.993</td>
<td>385.062</td>
<td>594.996</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O único mitigador de risco de crédito utilizado é o das operações compromissadas ativas, onde o lastro da operação são títulos públicos federais que compensam em 100% o risco de crédito. O valor destas operações na data base Set/2017 era de R$ 417.034, portanto este é o valor mitigado com fator de ponderação 0%.

2.6.11 Exposição do Risco de Crédito da Contraparte

A Política de Crédito que engloba as Instituições Financeiras determina os níveis de concentração máxima de risco de contraparte, com isso são apresentados níveis de exposição máxima de risco por instituição financeira em relação ao Patrimônio Líquido do Tribanco. Contudo a referência para que se estabeleça níveis diferenciados de exposição ao risco está atrelada a classificação destas instituições nas principais agências de risco. Qualquer operação que esteja fora das pré-estabelecidas nesta política deve ser submetida ao Conselho de Administração.

Em relação aos swaps que amparam as operações de captação em moeda estrangeira, o Tribanco não faz provisão, ressaltando que foram feitos com instituições que obtêm as melhores classificações das agências de risco. Para as operações compromissadas as garantias são títulos públicos federais.

<table>
<thead>
<tr>
<th>R$ Mil</th>
<th>Set.17</th>
<th>Jun.17</th>
<th>Mar.17</th>
<th>Dez.16</th>
<th>Set.16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Derivativos</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>2.889</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Nos contratos de derivativos há cláusulas para mitigação do risco de crédito da contraparte sendo que os limites para haver a mitigação não foram atingidos e, portanto, o valor integral do ajuste é o valor do risco de crédito a que a Instituição está sujeita.

<table>
<thead>
<tr>
<th>R$ Mil</th>
<th>Set.17</th>
<th>Jun.17</th>
<th>Mar.17</th>
<th>Dez.16</th>
<th>Set.16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ajuste de derivativos</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3.972</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3. Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de perdas decorrentes da alteração do valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações e commodities) causada por fatores adversos.

A gestão do risco de mercado e liquidez está sob responsabilidade de área totalmente independente da área de negócios e centraliza o controle do risco de mercado e de liquidez.

A Política de Risco de Mercado do Tribanco define práticas de gestão de risco de mercado, diretrizes, conceitos, responsabilidades e estrutura de gerenciamento adotado pela Instituição.

3.1 - Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento do Risco de Mercado está estruturado sob a ótica qualitativa e quantitativa.

Aspecto qualitativo: é baseado nas diretrizes e premissas adotadas pela instituição para embasar os instrumentos quantitativos. As diretrizes e as premissas estão consolidadas na Política de Risco de Mercado.

Aspecto quantitativo: conjunto de instrumentos de controle que monitoram os níveis de risco de mercado da carteira, com definições de procedimentos e alçadas para situação de desenquadramento dos limites.

Segue a descrição dos instrumentos da Gestão de Risco de Mercado:

- Relatório gerencial diário de risco de mercado divulgado diariamente à alta administração e aos membros do Comitê ALCO com as posições de risco de mercado da carteira de Negociação e Não Negociação, segregadas por fator de risco. Além do monitoramento de risco, são realizadas análises de sensibilidade (PV) e testes de stress para a posição total da carteira;

- Relatório mensal de risco de mercado para o Conselho de Administração com visão executiva da evolução do consumo de VaR, stress e as principais oscilações no período;

- Participação em análises e reuniões para lançamento de novos produtos com o objetivo de identificar e mapear o risco de mercado inerente ao produto. Limites e controles referentes ao novo produto também são avaliados para a realização de eventuais definições;
• O Comitê ALCO, com periodicidade mensal, é responsável pela proposição da política de Risco de Mercado, da estrutura de limites e definição do cenário de stress em função da conjuntura macroeconômica;

• O Comitê de Finanças e Riscos, com periodicidade mensal, é responsável pela gestão estratégica de todos os riscos. Propõe critérios gerais para gestão e sugere diretrizes de política e aprova a estrutura de limites; e

• O Conselho de Administração aprova e revisa a política de Risco de Mercado com periodicidade mínima anual.

3.2- Estrutura de Gestão de Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado está estruturada conforme a classificação das operações: Negociação e Não Negociação.

As operações classificadas na carteira de Negociação são aquelas detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, que não estejam sujeitas à limitação de negociabilidade e aquelas destinadas a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados e realização de arbitragem.

O Tribanco decidiu para a posição global da carteira (Trading e Banking) calcular o risco pelo VaR – Value at Risk – e para as operações classificadas como Banking (Não Negociação) a gestão do risco é realizada pelo EVE – Economic Value of Equity.

Para a carteira de Negociação e para a carteira Total o modelo interno de VaR utilizado no Tribanco é o modelo Paramétrico, com um intervalo de confiança de 99% e para horizonte de 1 dia útil. O modelo de volatilidade utilizado é o EWMA.

As operações são segregadas em Books por fator de risco e o VaR é calculado diariamente para cada book, tanto para a carteira de operações classificadas como negociação como para a carteira total.

O consumo do VaR e a análise do stress test em relação aos respectivos limites são monitorados diariamente pela área de risco de mercado e, caso ocorra a extrapolação de algum limite, a área de risco de mercado é responsável pela comunicação à alta administração e ao comitê ALCO e o enquadramento ao limite deve ser imediato.
Periodicamente, são realizados os testes de validação para verificar a aderência do modelo de risco de mercado.

**VaR da carteira Total (Trading+Banking)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Fator Risco</th>
<th>set-17</th>
<th>jun-17</th>
<th>mar-17</th>
<th>dez-16</th>
<th>set-16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ações</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CDI</td>
<td>-60</td>
<td>-1,079.185</td>
<td>105</td>
<td>-1,024.375</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td>Pré</td>
<td>615</td>
<td>1,262.207</td>
<td>1,781</td>
<td>1,182.267</td>
<td>261</td>
</tr>
<tr>
<td>Selic</td>
<td>0</td>
<td>97.672</td>
<td>1</td>
<td>106.327</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>TILP</td>
<td>-1</td>
<td>16.248</td>
<td>0</td>
<td>7.449</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>JPY</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>644</td>
<td>296.945</td>
<td>1,885</td>
<td>271.670</td>
<td>291</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Obs.: a tabela acima apresenta o Var marginal por fator de risco

**Exposição carteira Trading**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Fator Risco</th>
<th>set-17</th>
<th>jun-17</th>
<th>mar-17</th>
<th>dez-16</th>
<th>set-16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td>V</td>
<td>C</td>
<td>V</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>Ações</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Pré</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>CDI</td>
<td>53.572</td>
<td>75.098</td>
<td>0</td>
<td>70.163</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

C = Comprada; V = vendida


**Exposição Carteira Banking**

<table>
<thead>
<tr>
<th>EVE</th>
<th>set-17</th>
<th>jun-17</th>
<th>mar-17</th>
<th>dez-16</th>
<th>set-16</th>
</tr>
</thead>
</table>

Av. Cesário Alvim, 2209 - Bairro Aparecida
CEP 38400-696 - Uberlândia/MG
www.tribanco.com.br
Para a carteira de operações classificadas como Não Negociação (Banking) decidiu-se adotar o modelo de risco EVE - Economic Value of Equity. O EVE é calculado considerando-se amostra de 5 anos e um horizonte mais longo com um prazo de liquidação maior (Holding Period) em comparação à carteira Trading, onde o risco é calculado considerando-se a volatilidade e horizonte de análise de 1 dia, em função da liquidez dos ativos.

Este modelo consiste em trazer a valor presente os fluxos de caixa dos ativos e passivos através de uma taxa de desconto, sendo um instrumento de análise de sensibilidade de taxa de juros e dos ativos de mercado a curva de desconto utilizada para o cálculo do valor presente deve contemplar o cenário de choque de mercado.

O risco calculado é a diferença entre o valor marcado a mercado calculado com o cenário de choque e o valor da carteira atualizado com a taxa de mercado, sendo esta variação uma previsão da possível perda no cenário de choque (perda que só será realizada caso ocorra a liquidação desta carteira). Deve-se ressaltar que atualmente a Instituição não possui operações ativas e/ou passivas sem data de vencimento definida, portanto a metodologia acima aplica-se a todas as operações do Tribanco classificadas na carteira de Não Negociação.

### 3.3 - Política de Hedge

A Tesouraria é a área responsável pela gestão do funding e mitigação do risco de taxas gerado pelas operações de crédito. Pelas diretrizes internas do Tribanco a Tesouraria não possui limites operacionais para abrir e/ou manter posição proprietária.

Para operações que incorrem em risco de moeda, o Tribanco tem como premissa não assumir exposição/risco, utilizando-se de mecanismos de hedge para mitigação deste risco.

A diretriz definida pelo Conselho de Administração para a realização do Hedge está em função da utilização do instrumento para enquadramento nos limites de risco de mercado em situação de extrapolação.
4. Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a ocorrência de desacordos entre pagamentos e recebimentos, em função de desequilíbrios entre ativos e passivos, gerando a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, ou somente fazê-lo com elevadas perdas, considerando-se as diferentes moedas e prazos.

A Política de Liquidez define as diretrizes e estratégias para o controle e monitoramento. Faz parte da política a definição do processo da gestão da liquidez, Plano de Contingência e atribuição de responsabilidades das áreas envolvidas.

São utilizados os instrumentos de controle de liquidez abaixo:

- Relatório diário para a alta administração e para os membros do Comitê ALCO com o monitoramento dos níveis de liquidez;
- Cenário de Stress baseado em análise histórica dos resgates das captações no Tribanco em momentos de crise;
- Estrutura de limites: Caixa mínimo, Concentração de Vencimentos e Concentração de Contrapartes;
- Comitê ALCO, responsável pelo acompanhamento diário dos níveis de liquidez e da definição da estratégia da gestão da liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez detalhando os procedimentos a serem adotados para a recomposição dos níveis de liquidez; e
- Em situação de redução da liquidez a um nível abaixo do caixa mínimo definido, ocorre a comunicação imediata para a alta administração, o comitê ALCO é convocado para a tomada de decisão e o Comitê de Finanças informado.

O controle diário de liquidez contempla o monitoramento do nível de caixa em função do colchão mínimo proposto na política. Além das operações com vencimentos definidos, o controle considera demais operações / eventos que impactam a liquidez:

- Conta garantida: monitoramento do limite aprovado e não utilizado
- Saldo de depósito à vista, operações vencidas e depósitos a prazo com liquidez diária
- % histórico de inadimplência dos ativos de crédito
5. Risco Operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da instituição ou advindas de eventos externos. A este conceito acrescenta-se o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se também o conceito de Risco de Compliance representado pela possibilidade em não conduzir seus negócios em conformidade com leis, políticas e normas podendo consequentemente, causar danos à imagem e prejuízos de ordem financeira decorrentes de demandas judiciais e de sanções legais.

No que tange aos eventos de risco o Banco Triângulo adota os mesmos conceitos do Art. 2º § 2º da Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional e do Comitê de Basiléia:

I. Fraude Interna;
II. Fraude Externa;
III. Demandas Trabalhistas;
IV. Práticas inadequadas;
V. Danos a ativos físicos;
VI. Interrupção das atividades;
VII. Falhas em sistemas de TI; e
VIII. Falha na execução das atividades.

Para atenuar esses riscos e adaptar a Instituição às práticas do mercado e à regulamentação do setor foi estabelecida uma estrutura de Controles Internos para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

5.1 - Metodologia para Gestão de Risco Operacional

O Banco Triângulo S.A. aborda o gerenciamento dos seus principais riscos, com base em uma metodologia própria que congrega 4 (quatro) grandes etapas em uma sequência lógica de execução que oferece respaldo suficiente com razoável grau de certeza, para concluir sobre a efetividade dos Controles Internos.
5.2 - Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Circular nº 3.640, de 04.03.2013 do Banco Central, a Instituição adotou a Metodologia Abordagem do Indicador Básico para cálculo da parcela dos ativos ponderado de Risco (RWA) ao Risco Operacional.

5.3 - Controle e Acompanhamento

A atuação da área de Risco Operacional baseia-se na aplicação de metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos diversos processos.

Quando identificadas as ocorrências de riscos e/ou controles insuficientes são definidos e elaborados planos de ação, para mitigação do risco identificado e implementação de novos controles. Aliado a este trabalho, a área promove ainda reuniões onde são abordados temas relativos ao gerenciamento das perdas operacionais e discutidas a efetividade das ações tomadas pelas áreas na implantação de controles internos que mitiguem os riscos existentes e novos que possam ocorrer.

5.4 - Estrutura de Risco Operacional

A estrutura é composta por funcionários da área de Controles Internos e Compliance que promovem a cultura de conformidade e controle de risco em toda a Instituição. Os objetivos são a melhoria dos processos internos e a redução de riscos, com a oferta de apoio às áreas de negócios e o aperfeiçoamento da eficiência operacional.

Av. Cesário Alvim, 2209 - Bairro Aparecida
CEP 38400-696 - Uberlândia/MG
www.tribanco.com.br
Para o apoio nas deliberações dos riscos relevantes e seus mitigadores, a Instituição conta com uma estrutura de Conselho e Comitê que possuem representatividade na tomada de decisões pertinentes a Risco Operacional, composto por:

- Conselho de Administração e
- Comitê de Auditoria e Compliance.

5.5 - Divulgação

Os relatórios sobre eventos de perdas operacionais, às ações mitigatórias tomadas e seu acompanhamento, bem como a aferição dos resultados, são disponibilizados periodicamente pela área de Controles Internos e Compliance. E semestralmente é submetido ao Comitê de Auditoria e Compliance, à Diretoria Administrativa e à Presidência relatório contemplando as atividades realizadas durante o semestre anterior e iniciativas de treinamento e disseminação de cultura de gerenciamento de risco operacional e controles internos.

5.6 - Base de Perdas de Risco Operacional

O trabalho da área de Controles Internos e Compliance referente às perdas operacionais inicia-se na identificação e na captura destas perdas e é representado pelas seguintes etapas:

**Identificação** - Levantamento de informações acerca da ocorrência de forma a identificar a origem, o fato gerador e os impactos no negócio;

**Registro** - As perdas identificadas são devidamente registradas de forma a garantir a sua classificação de acordo com as definições de risco operacional e seu correto mapeamento nas unidades de negócios com indicação de processos, produtos e serviços envolvidos; e

**Tratamento** - As ocorrências mais relevantes são tratadas com a promoção de ações mitigatórias pelas áreas de negócio.
Umas das principais fontes de identificação de Perdas Operacionais é a comunicação pelas Unidades de Negócios, ação que tem sido exaustivamente incentivada e recomendada pela área de Risco Operacional. Outra fonte trata do constante monitoramento e análise da razão Contábil e dos Balancetes.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Eventos 3.380/06</th>
<th>set-17</th>
<th>jun-17</th>
<th>mar-17</th>
<th>dez-16</th>
<th>set-16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fraude Externas</td>
<td>56%</td>
<td>60%</td>
<td>24%</td>
<td>21%</td>
<td>27%</td>
</tr>
<tr>
<td>Falhas em processos</td>
<td>14%</td>
<td>40%</td>
<td>25%</td>
<td>31%</td>
<td>25%</td>
</tr>
<tr>
<td>Problemas trabalhistas</td>
<td>20%</td>
<td>0%</td>
<td>51%</td>
<td>48%</td>
<td>47%</td>
</tr>
<tr>
<td>%</td>
<td>100%</td>
<td>100%</td>
<td>100%</td>
<td>100%</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
6. Gerenciamento de Capital

O processo de gerenciamento de capital no Banco Triangulo preza pelo contínuo monitoramento e controle do capital mantido pelo grupo Tribanco, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos incorridos e calculados, planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos de forma prospectiva e antecipando-se às possíveis mudanças nas condições de mercado.

A estrutura e o processo de gerenciamento de capital são compatíveis com o nível de operações, complexidade de produtos e serviços, bem como às exposições aos riscos a que as empresas Tribanco estão expostas.

Através das áreas de gerenciamento de Riscos de Mercado, de Liquidez, de Crédito e Operacional o gerenciamento de capital identificará e avaliará os riscos relevantes que deverão ser considerados para consistir o perfil de risco do Tribanco. Adicionalmente aos riscos descritos acima, deverão ser considerados quando relevantes para as operações e o contexto do Tribanco, os riscos relacionados a:

- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração;
- Risco de estratégia;
- Risco de reputação;
- Risco legal.

O gerenciamento de capital, sob responsabilidade da área de Gestão de Risco de Mercado, contempla a implantação e implementação de Plano de Capital aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. O plano está embasado em projeções de crescimento de três anos das carteiras conforme orçamento e/ou diretrizes elaborados pela Controladoria, assegurando que o Tribanco possui capital suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência deliberados em Conselho.
6.1 - Projeções

O Banco Triângulo com o intuito de avaliar a suficiência e adequação do seu PR para cobertura dos riscos de suas atividades atuais e projetadas realiza um estudo em que, considerando diversos fatores e projeções, evidencia se há alguma necessidade de enquadramento do PR e qual o nível do mesmo em relação aos riscos incorridos pela Instituição.

Dentro deste estudo a carteira de operações classificadas como Banking (não negociação) também é considerada no cálculo do Índice de Basileia, explicitando quanto capital é necessário para a cobertura deste risco.

Abaixo verifica-se o impacto ao longo de três anos:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Data do estudo</th>
<th>set/17</th>
<th>jun/17</th>
<th>mar/17</th>
<th>dez/16</th>
<th>set/16</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IB</td>
<td>19,65%</td>
<td>13,76%</td>
<td>14,50%</td>
<td>14,43%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>16,03%</td>
<td>15,95%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>15,12%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>14,80%</td>
<td>14,53%</td>
<td>14,43%</td>
<td>14,83%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>14,55%</td>
<td>14,43%</td>
<td>14,43%</td>
<td>14,43%</td>
<td>14,57%</td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>14,44%</td>
<td>14,33%</td>
<td>14,26%</td>
<td>14,39%</td>
<td>14,57%</td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>14,42%</td>
<td>14,33%</td>
<td>14,26%</td>
<td>14,39%</td>
<td>14,57%</td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IB</td>
<td>14,11%</td>
<td>14,53%</td>
<td>14,43%</td>
<td>14,43%</td>
<td>14,17%</td>
</tr>
<tr>
<td>IB Rban</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Legenda
IB = Índice de Basileia
IB Rban = Índice de Basileia considerando a carteira Banking
7. Adequação do Patrimônio de Referência - PR

Este processo é acompanhado diariamente e visa assegurar que o Banco Triângulo mantenha sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas no mercado, além de atender os requerimentos regulatórios.

Até setembro de 2013, o patrimônio mínimo exigido das instituições financeiras para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas, era identificado como Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme estabelecido pela Resolução 3.490, de 29/09/2007. Com a implementação de Basileia III no Brasil, o conceito de PRE foi substituído pelo de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA, sigla de Risk Weighted Assets).

Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

\[
RWA = RWACPAD + RWAMPAD(RWACOM + RWAACSG + RWACAM) + RWAOJUR
\]

**RWACPAD:** parcela relativa às exposições ao risco de crédito

**RWAMPAD:** relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada, que se dá mediante a soma das parcelas:

**RWAJUR:** parcela relativa as exposições sujeitas à variação de taxa de juros;

**RWAACS:** parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações;

**RWACOM:** parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities); e

**RWACAM:** parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;

**RWAOPAD:** relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.
Além disso, o Banco Triângulo deve manter o PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (risco da taxa de juros da carteira banking), o qual é calculado por meio da metodologia EVE.

7.1 – Detalhamento do Patrimônio de Referência - PR

O Banco Triângulo, visando uma possível adequação do seu Patrimônio de Referência (PR) a todos os riscos existentes no cálculo do Índice de Basiléia, realiza uma simulação com a inclusão da parcela de risco Banking às demais parcelam já incluídas no cálculo.

Com o Índice de Basiléia de 17,55% na data base supracitada, havia margem suficiente para acomodar o risco da parcela Banking.

Ressalta-se que o Patrimônio de Referência é composto em sua grande maioria (mais de 99%) pelo Patrimônio Líquido e pelas contas de resultado credoras e devedoras, portanto os estudos realizados sobre o próprio cálculo do Índice de Basiléia são considerados adequados para a instituição.

A seguir demonstramos:
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Prudencial</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>set-17</td>
<td>jun-17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>432,263</td>
<td>432,585</td>
</tr>
<tr>
<td>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PRI)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Patrimônio Líquido</td>
<td>432,263</td>
<td>432,585</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Social</td>
<td>285,293</td>
<td>285,293</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas de Capital, Reavaliação, Lucros</td>
<td>153,079</td>
<td>157,476</td>
</tr>
<tr>
<td>Sobras ou Lucros Acumulados</td>
<td>25,498</td>
<td>21,102</td>
</tr>
<tr>
<td>Ganhos não realizados de Ativos, Patrimonial</td>
<td>(0)</td>
<td>(2)</td>
</tr>
<tr>
<td>Contas de Resultado Credores</td>
<td>196,642</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Contas de Resultado Devedores</td>
<td>187,252</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Ativo Permanente Diferido</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Derivativos</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Ajustes Prudenciais Excelo Participações Não Consolidadas e Créditos Tributário</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>(-) Ajuste Prudencial VII Antes da Glosa de 15% - Créditos Tributários de Diferença Temporária</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PRI-II)</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Derivativos</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos Adiantados</td>
<td>12,12%</td>
<td>12,07%</td>
</tr>
<tr>
<td>ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)</td>
<td>2.502.667</td>
<td>2.426.576</td>
</tr>
<tr>
<td>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA</td>
<td>231.497</td>
<td>224.458</td>
</tr>
<tr>
<td>Risco de Crédito - RWACPAD</td>
<td>1.628.740</td>
<td>1.591.058</td>
</tr>
<tr>
<td>Valor do RWACPAD ANTES DO ADICIONAL DE FATOR P</td>
<td>150.751</td>
<td>157.117</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = P%</td>
<td>282</td>
<td>265</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 20%</td>
<td>2.820</td>
<td>13.212</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 35%</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 50%</td>
<td>45.531</td>
<td>14.396</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 75%</td>
<td>502.219</td>
<td>291.599</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 100%</td>
<td>1.135.976</td>
<td>1.188.427</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 250%</td>
<td>142.912</td>
<td>133.160</td>
</tr>
<tr>
<td>FPR = 300%</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>CVA</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Risco Operacional - RWAOAPAD</td>
<td>872.927</td>
<td>835.518</td>
</tr>
<tr>
<td>Fator Z - RWAOAPAD</td>
<td>80.746</td>
<td>77.285</td>
</tr>
<tr>
<td>Risco de Mercado - RWAMPAD</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Valor da Parcela RWA(per)</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>LIMITE DE IMOBILizaÇÕES</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILizaÇÃO</td>
<td>(69.320)</td>
<td>(67.563)</td>
</tr>
<tr>
<td>LIMITE PARA IMOBILizaÇÃO (LI)</td>
<td>219.617</td>
<td>216.298</td>
</tr>
<tr>
<td>VALOR DA MARGEM OU INSUFICIENCIA</td>
<td>150.298</td>
<td>168.731</td>
</tr>
<tr>
<td>PR X RWA</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN</td>
<td>195.495</td>
<td>196.929</td>
</tr>
<tr>
<td>ÍNDICE DE BASILÉA - C. 3.678/13</td>
<td>17.55%</td>
<td>17.83%</td>
</tr>
<tr>
<td>ÍNDICE DE BASILÉA - RBAN</td>
<td>17.47%</td>
<td>17.75%</td>
</tr>
<tr>
<td>Montante do PR apurado para cobertura do risco do taxo de juros das operações não classificadas na carteira de negócios - PBANK</td>
<td>12.272</td>
<td>11.796</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.2 – Razão de Alavancagem (RA)

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748 do BCB que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). É um índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras e avalia a alavancagem por meio da relação entre Capital Nível I e os ativos registrados em valores contábeis, acrescidas de exposições off-balance (limites, avais, fianças e derivativos).

A seguir, apresentamos a Razão de Alavancagem e o comparativo com as demonstrações financeiras publicadas.

<table>
<thead>
<tr>
<th>#</th>
<th>Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem</th>
<th>Valor (R$ mil)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas</td>
<td>2.444.096</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil</td>
<td>(130.776)</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial</td>
<td>4.544</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Outros Ajustes</td>
<td>(34.025)</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Exposição Total</td>
<td>2.283.985</td>
</tr>
<tr>
<td>#</td>
<td>Razão de Alavancagem</td>
<td>Valor (R$ mil)</td>
</tr>
<tr>
<td>-----</td>
<td>----------------------------------------------------------</td>
<td>----------------</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1</td>
<td>Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por emoréstimo e revenda a liquidação em operações compromissadas</td>
<td>1.896.333</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I</td>
<td>34.025</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Total das exposições contabilizadas no BP</td>
<td>1.862.308</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Valor de reposição em operações com derivativos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Ganhos potenciais futuros decorrentes de operações com derivativos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de rembolo em função de falência ou inadimplemento das empresas responsáveis pelo sistema de liquidação</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Valor de referência ajustado em derivativos de crédito</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Total das exposições relativas às operações com instrumentos financeiros derivativos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>Aplicações em operações compromissadas e de emoréstimo de TVM</td>
<td>417.034</td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Ajuste relativo a recompra a liquidar e credores por emoréstimo de TVM</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Valor relativo ao risco de crédito da contraparte</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>Total das Exposições Relativas a Operações Compromissadas e de Empréstimo de TVM</td>
<td>417.034</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial</td>
<td>4.644</td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>Total das Exposições não Contabilizadas no Balanço Patrimonial</td>
<td>4.644</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Capital e Exposição Total</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>Nível I</td>
<td>439.234</td>
</tr>
<tr>
<td>21</td>
<td>Exposição Total</td>
<td>2.283.985</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Razão de Alavancagem (RA)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>22</td>
<td>Razão de Alavancagem de Basileia III</td>
<td>19,23%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
8. Informações Patrimoniais

8.1 – Balanços Patrimoniais (Valores em milhares)

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CIRCULANTE E REALIZAVEL A LONGO PRAZO</td>
<td>2.210.021</td>
</tr>
<tr>
<td>DISPONIBILIDADES</td>
<td>478</td>
</tr>
<tr>
<td>APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEIDEZ</td>
<td>501.058</td>
</tr>
<tr>
<td>APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS</td>
<td>417.034</td>
</tr>
<tr>
<td>APLICACOES EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS</td>
<td>84.024</td>
</tr>
<tr>
<td>TITUS.E VALS.MOBS.E INSTRUM.FINANC.DERIVATIVOS</td>
<td>67.658</td>
</tr>
<tr>
<td>LIVRES</td>
<td>53.572</td>
</tr>
<tr>
<td>TITULOS DADOS EM GARANTIA DE OPER.DE BOLSAS</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>TITIS. DADOS EM GAR.DE OP. EM CAMARAS- LIQ. E COMPE</td>
<td>14.085</td>
</tr>
<tr>
<td>RELACOES INTERFINANCEIRAS</td>
<td>84.459</td>
</tr>
<tr>
<td>DIREITOS JUNTO A PARTE DE SIST.DE LIQUIDACAO</td>
<td>6.892</td>
</tr>
<tr>
<td>CREDITOS VINCULADOS</td>
<td>70.466</td>
</tr>
<tr>
<td>RELACOES COM CORRESPONDENTES</td>
<td>7.601</td>
</tr>
<tr>
<td>OPERACOES DE CREDITO</td>
<td>1.106.046</td>
</tr>
<tr>
<td>EMPRESTIMOS E TITULOS DESCONTAVIDOS</td>
<td>998.722</td>
</tr>
<tr>
<td>FINANCIAMENTOS</td>
<td>236.597</td>
</tr>
<tr>
<td>FINANC.RURAIS - APLICACOES OBRIGATORIAS</td>
<td>1.292</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)PROV.P/OPERACOES DE CREDITO</td>
<td>(124.910)</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)PROV.P/EMPRESTIMOS E TITUS, DESCONTAVIDOS</td>
<td>(121.206)</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)PROV. P/FLNANCIMENTOS</td>
<td>(8.697)</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)PROV.P/FINANC.RURAIS E AGROINDUSTRIAS</td>
<td>(6)</td>
</tr>
<tr>
<td>OUTROS CREDITOS</td>
<td>407.897</td>
</tr>
<tr>
<td>NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>DIVERSOS</td>
<td>412.573</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)PROV.P/OUTROS CREDITOS</td>
<td>(4.680)</td>
</tr>
<tr>
<td>OUTROS VALORES E BENS</td>
<td>42.425</td>
</tr>
<tr>
<td>PERMANENTE</td>
<td>103.346</td>
</tr>
<tr>
<td>INVESTIMENTOS</td>
<td>44.214</td>
</tr>
<tr>
<td>PARTICIPAÇOES EM COLIGADAS E CONTROLADAS NO PAIS</td>
<td>42.574</td>
</tr>
<tr>
<td>PARTICIPAÇOES DE CAPITAL/P/INCENTIVOS FISCAIS</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>ACOES E COTAS</td>
<td>206</td>
</tr>
<tr>
<td>OUTROS INVESTIMENTOS</td>
<td>84</td>
</tr>
<tr>
<td>IMOBLIZACOES EM USO</td>
<td>16.105</td>
</tr>
<tr>
<td>IMOVEIS DE USO</td>
<td>2.443</td>
</tr>
<tr>
<td>INSTALACOES, MOVEIS EQUIPAMENTOS DE USO</td>
<td>1.617</td>
</tr>
<tr>
<td>SISTEMA DE COMUNICACAO</td>
<td>6.233</td>
</tr>
<tr>
<td>SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS</td>
<td>1.268</td>
</tr>
<tr>
<td>SISTEMA DE SEGURANCA</td>
<td>14.127</td>
</tr>
<tr>
<td>SISTEMA DE TRANSPORTE</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)DEPRE, ACUM.-DE OUTRAS IMOBILIZACOES DE USO</td>
<td>515</td>
</tr>
<tr>
<td>INTANGIVEL</td>
<td>(10.642)</td>
</tr>
<tr>
<td>ATIVOS INTANGIVEIS</td>
<td>43.027</td>
</tr>
<tr>
<td>OUTROS ATIVOS INTANGIVEIS</td>
<td>(3.395)</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)AMORT.ACUM.-DE ATIVOS INTANGIVEIS</td>
<td>(3.395)</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL ATIVO</td>
<td>2.313.367</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### PASSIVO

#### CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Item</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DEPÓSITOS</td>
<td>997.117</td>
</tr>
<tr>
<td>DEPÓSITOS A VISTA</td>
<td>184.535</td>
</tr>
<tr>
<td>DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS</td>
<td>84.043</td>
</tr>
<tr>
<td>DEPÓSITOS A PRAZO</td>
<td>705.862</td>
</tr>
<tr>
<td>OUTROS DEPÓSITOS</td>
<td>22.856</td>
</tr>
<tr>
<td>REC. DE A. CAMBIAS, LI, LH, DEBENT. E SIMILARES</td>
<td>324.300</td>
</tr>
<tr>
<td>CBRIGS. P/EMISSAO-LETRAS DE CRED. IMOBILIÁRIO</td>
<td>109.417</td>
</tr>
<tr>
<td>CBRIGS. P/EMISSAO DE LETRAS FINANCEIRAS</td>
<td>214.883</td>
</tr>
<tr>
<td>RELACOES INTERFINANCEIRAS</td>
<td>30.979</td>
</tr>
<tr>
<td>OBRIGACAO JUNTO A PARC. DE SIST. DE LIQUIDAÇÃO</td>
<td>30.934</td>
</tr>
<tr>
<td>RELACOES COM CORRESPONDENTES</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>RELACOES INTERDEPENDENCIAS</td>
<td>7.896</td>
</tr>
<tr>
<td>RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS</td>
<td>7.896</td>
</tr>
<tr>
<td>OBRIGACOES P/EMPREGISTROS E REPASSES</td>
<td>131.691</td>
</tr>
<tr>
<td>EMPREGISTROS NO PAIS-OUTRAS INSTITUIÇÕES</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS</td>
<td>131.691</td>
</tr>
<tr>
<td>OBRIGACOES POR REPASSES-BNDES</td>
<td>114.195</td>
</tr>
<tr>
<td>OBRIGACOES POR REPASSES-FINAME</td>
<td>17.496</td>
</tr>
<tr>
<td>OUTRAS OBRIGACOES</td>
<td>346.222</td>
</tr>
<tr>
<td>COBRANÇA E ARREC. DE TRIB E ASSEMELHADOS</td>
<td>1.255</td>
</tr>
<tr>
<td>SOCIAIS E ESTATUTARIAS</td>
<td>9.323</td>
</tr>
<tr>
<td>FISCAIS E PREVIDENCIARIAS</td>
<td>57.724</td>
</tr>
<tr>
<td>DIVERSAS</td>
<td>277.921</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Item</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS</td>
<td>1.903</td>
</tr>
<tr>
<td>PATRIMÔNIO LIQUIDO</td>
<td>463.870</td>
</tr>
<tr>
<td>CAPITAL SOCIAL</td>
<td>285.293</td>
</tr>
<tr>
<td>RESERVAS DE CAPITAL</td>
<td>3.590</td>
</tr>
<tr>
<td>RESERVAS DE LUCROS</td>
<td>140.409</td>
</tr>
<tr>
<td>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</td>
<td>(C)</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)ACES EM TESOURARIA</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</td>
<td>25.403</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### RESULTADO ACUMULADO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Item</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CONTAS DE RESULTADO CREDORAS</td>
<td>9.389</td>
</tr>
<tr>
<td>(-)CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS</td>
<td>196.642</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL PASSIVO</td>
<td>2.313.367</td>
</tr>
</tbody>
</table>
8.2 – Instituições Participantes

As principais informações sobre as controladas estão sumariadas, como segue:

**Triângulo Participações e Serviços Ltda.**
- Capital Social: 15.000
- Patrimônio Líquido: 24.833
- Lucro Líquido do período: 1.551

**Tribanco Corretora de Seguros S.A.**
- Capital Social: 3.000
- Patrimônio Líquido: 19.141
- Lucro Líquido do período: 3.164

**Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.**
- Capital Social: 32.501
- Patrimônio Líquido: 67.577
- Lucro Líquido do período: 7.595
8.3 – Breve descrição das Instituições Participantes

**Tribanco Participações e Serviços Ltda (TPS)** - tem como objeto social, prestar serviços de correspondente bancário; prestar serviços de análise de crédito e cadastro e participar no capital e do lucro de lucros de outras sociedades, na condição de acionista ou quotista, como controladora ou minoritária.

**Tribanco Corretora de Seguros S.A.** - A Tribanco Seguros oferece as melhores soluções em proteção para todos os participantes da cadeia produtiva do SIM. Em qualquer canto do país e com toda a credibilidade e experiência do Grupo Martins, a corretora de seguros do SIM tem em seu portfólio a solução ideal para atender as necessidades de cada público, sempre em parceria com as principais seguradoras brasileiras.

**Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda** – empresa focada no desenvolvimento de cartões e serviços com vantagens exclusivas para o varejista e consumidores em geral.

8.4 - Política Contábil das Participações Societárias

As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A escolha do método a ser utilizada está de acordo com a legislação pertinente, a saber:

- Método de equivalência patrimonial: O cálculo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial é realizado mensalmente com base no balanço patrimonial ou no balancete de verificação levantado na mesma data.
9. Anexos:

Anexo 1 - Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 1/4)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capital Principal instrumentos e reservas</th>
<th>Valor R$ (mil)</th>
<th>set/17</th>
<th>Referência do balanço do conglomérado2</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1 Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal</td>
<td>285.293</td>
<td></td>
<td>(a)</td>
</tr>
<tr>
<td>2 Reservas de lucros</td>
<td>34.887</td>
<td></td>
<td>(c)</td>
</tr>
<tr>
<td>3 Outras receitas e outras reservas</td>
<td>153.079</td>
<td></td>
<td>(b)</td>
</tr>
<tr>
<td>4 Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomérado, não dedutível do Capital Principal</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</td>
<td>473.359</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7 Ajustes prudenciais relativos a apropriação de instrumentos financeiros</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8 Agios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9 Ativos intangíveis</td>
<td>33.996</td>
<td>42.404</td>
<td>(d)</td>
</tr>
<tr>
<td>10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998.</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos Instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>12 Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>13 Ganhos resultantes de operações de securitização</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>14 Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de Itens do passivo</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de beneficiário definido</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética.</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>17 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>18 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assembléias que instituições financeiras não consolidadas, de sociedades segregadoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19 Participações superiores a 10% do capital social de empresas assembléias que instituições financeiras não consolidadas, de sociedades segregadoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar</td>
<td>30</td>
<td>37</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 2/4)

| 20 | Mortgage servicing rights | - |
| 21 | Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas. | - |
| 22 | Valor que excede a 15% do Capital Principal | - |
| 23 | do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar | - |
| 24 | do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca | - |
| 25 | do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização | - |
| 26 | Ajustes regulatórios nacionais | - |
| 26a | Ativos permanentes diferidos | - |
| 26b | Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que compõe o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos | - |
| 26c | Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não compõe o conglomerado | - |
| 26d | Aumento de capital social não-autorizado | - |
| 26e | Excedente ao valor ajustado do Capital Principal | - |
| 26f | Depósito para suprir deficiência capital | - |
| 26g | Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 26h | Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente | - |
| 26i | Destaque do PR | - |
| 25f | Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios | - |
| 27 | Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções. | - |
| 28 | Total de deduções regulatórias ao Capital Principal | 34.025 |
| 29 | Capital Principal | 493.234 |

**Capital Complementar: Instrumentos**

| 30 | Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar | - |
| 31 | dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis | - |
| 32 | dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis | - |
| 33 | Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 34 | Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar | - |
| 35 | dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| 36 | Capital Complementar antes das deduções regulatórias | - |
### Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 3/4)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capital Complementar: deduções regulatórias</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, e que exceda 10% do valor do Capital Complementar.</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado.</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustes regulatórios nacionais</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Participação de não controladores no Capital Complementar</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Complementar</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível I</td>
<td>439,234</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível II: instrumentos

| Instrumentos elegíveis ao Nível II | - |
| Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II, dos quais instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 | - |
| excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB | - |
| Nível II antes das deduções regulatórias | - |

#### Nível II: deduções regulatórias

| Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética | - |
| Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II | - |
| Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, e que exceda 10% do valor do Capital Complementar. | - |
| Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado. | - |
| Ajustes regulatórios nacionais | - |
| Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012. | - |
| Participação de não controladores no Nível II | - |
| Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios | - |
### Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 4/4)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número</th>
<th>Descrição</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>57</td>
<td>Total de deduções regulatórias ao Nível II</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>58</td>
<td>Nível II</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>59</td>
<td>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</td>
<td>439.234</td>
</tr>
<tr>
<td>60</td>
<td>Total de ativos ponderados pelo risco</td>
<td>2.502.667</td>
</tr>
<tr>
<td>61</td>
<td>Índice de Basileia e Adicional de Capital Principal</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>62</td>
<td>Índice de Capital Principal (ICP)</td>
<td>17.55%</td>
</tr>
<tr>
<td>63</td>
<td>Índice de Nível I (IN1)</td>
<td>17.55%</td>
</tr>
<tr>
<td>64</td>
<td>Índice de Basileia (IB)</td>
<td>17.55%</td>
</tr>
<tr>
<td>65</td>
<td>Valor total de Capital Principal emendado especificamente para a instituição (% dos RWA)</td>
<td>4.50%</td>
</tr>
<tr>
<td>66</td>
<td>do qual: adicional paraconservação de capital</td>
<td>1.25%</td>
</tr>
<tr>
<td>67</td>
<td>do qual: adicional contracíclico</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>68</td>
<td>Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)</td>
<td>17.55%</td>
</tr>
<tr>
<td>69</td>
<td>Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>70</td>
<td>Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III</td>
<td>6.00%</td>
</tr>
<tr>
<td>71</td>
<td>Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III</td>
<td>9.25%</td>
</tr>
<tr>
<td>72</td>
<td>Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>73</td>
<td>Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>74</td>
<td>Participações superiores a 10% do capital social de empresas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>75</td>
<td>Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos de Capital Principal</td>
<td>43.926</td>
</tr>
<tr>
<td>76</td>
<td>Limites à inclusão de provisões no Nível II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>77</td>
<td>Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>78</td>
<td>Limita para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>79</td>
<td>Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IB (antes da aplicação do limite)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>80</td>
<td>Limita para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IB</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>81</td>
<td>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>82</td>
<td>Limita atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>83</td>
<td>Valor excluído do Capital Principal devido ao limite</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>84</td>
<td>Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>85</td>
<td>Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>86</td>
<td>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>87</td>
<td>Valor excluído do Nível II devido ao limite</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>88</td>
<td>Valor excluído do Nível II devido ao limite</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo 2

Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

<table>
<thead>
<tr>
<th>#</th>
<th>Princípios Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)</th>
<th>Cúmulos a ser preenchidos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Emissor</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Identificador único (ex.: CDP, Ibov ou identificador Bloomberg para colocação privada)</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Tratamento aplicável ao instrumento</td>
<td>Resolução 4192/2013</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Tratamento temporário de que trata o art. 18 da Resolução nº 4.192, de 2013</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Elegibilidade para a Instituição Individual/conglomerado/conglomerado e Instituição Individual</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Tipo de Instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Valor reconhecido no PR (em R$ mil, na última database reportada)</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Valor de face do instrumento (em R$ mil)</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Classificação contábil</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Data original de emissão</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>Perpétuo ou com vencimento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Data original de vencimento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Ocorrência de repasse ou recompra</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>Data de repasse ou recompra</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>Data de repasse ou recompra condicionadas</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>Valor de repasse ou recompra (em R$ mil)</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>Data de repasse ou recompra subsequente, se aplicável</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis</td>
<td>Mensal</td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>Taxa de remuneração e índice referenciado</td>
<td>TLP</td>
</tr>
<tr>
<td>21</td>
<td>Existência de suspensão de pagamento de dividendos</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>22</td>
<td>Complete e exclusividade, divisibilidade, inclusividade e desinvestimento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>23</td>
<td>Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para o investidor</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>24</td>
<td>Cumulativo ou não cumulativo</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>25</td>
<td>Convencível, em quais situações</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>26</td>
<td>Convencível, total ou parcialmente</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>27</td>
<td>Convencível, taxa de conversão</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>28</td>
<td>Convencível, conversão obrigatória ou opcional</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>29</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>30</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>31</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>32</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>33</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>34</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>35</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>36</td>
<td>Convenção, específica para cada tipo de instrumento</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
<tr>
<td>37</td>
<td>Se sim, especificar características de que trata a linha anterior</td>
<td>Não se aplica para o período</td>
</tr>
</tbody>
</table>